

**INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: ANÁLISE COMPARADA DAS POLÍTICAS
EXTERNAS DOS RECENTES GOVERNOS DE ESQUERDA EM SUAS
PERSPECTIVAS PARA A CRIAÇÃO DA UNIÃO DE NAÇÕES
SULAMERICANAS¹**

Cleverson Pinotti²

“O novo mundo deve estar constituído por nações livres e independentes, unidas entre si por um corpo de leis em comum que regulem seus relacionamentos externos”

Simón Bolívar

RESUMO

Este trabalho apresenta o processo de integração sul-americano que culminou com a formação da União de Nações Sulamericanas - UNASUL. Também estuda como se formaram os governos de esquerda na América do Sul e analisa os discursos desses países e a efetividade de suas políticas externas em suas perspectivas para a UNASUL. O texto está dividido em seis partes. Na introdução aponta-se a problemática e os objetivos do artigo, uma seção seguinte apresenta e caracteriza os governos de esquerda, em seguida aponta-se a experiência do Mercosul, para em seguida apontar a recente experiência da UNASUL. O item seguinte analisa os discursos dos países de esquerda em relação à UNASUL, para após apresentarmos as considerações finais.

Palavras-chave: UNASUL, Integração Sul-Americana, Governos de Esquerda.

1 INTRODUÇÃO

A América do Sul deste novo milênio, como região política, é composta por muitos governos identificados por suas tendências ideológicas de esquerda, sendo que pode-se eleger Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e Venezuela dentre estes. As raízes ou são sociais democratas ou marxistas. Esta afirmação é possível mediante a comparação prévia entre os discursos e ações dos governos com o pensamento histórico da esquerda política. A despeito de compartilharem de uma mesma linha de pensamento político, e de serem maioria na América do Sul, não há uma política convergente para uma efetiva integração política e econômica entre os países da região. Há um grau de assimetria entre eles, não obstante as tentativas de unirem-se num bloco coeso, como é a iniciativa de criação da União de Nações Sulamericanas - UNASUL.

A linha retórica dos presidentes não é única, sendo classificados como populistas, moderados ou até liberais na sua política externa. Em Política Externa é comum

¹ Este trabalho contou com incentivo do Programa Unisul de Iniciação Científica – PUIC, da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul.

² Acadêmico da sétima fase do Curso de Relações Internacionais da Unisul – Norte da Ilha

termos diferenças entre aqueles que internamente podem ser comparados e ditos como equivalentes, no caso sulamericanos, governos de esquerda. Assim, para diferentes posições nas arenas internacionais e regionais teremos diferentes posições e retóricas para a ação de Política Externa, em que pese a unidade político-ideológica.

O Brasil vislumbra-se como líder regional na América do Sul (Vizentini, 2003). Esta posição influencia na concertação política e econômica com os demais países, gerando um clima de subimperialismo. Neste sentido, não é surpresa que os Estados sulamericanos façam acordos bilaterais com países desenvolvidos ao invés de acordos regionais. Ou seja, apesar de tendências de esquerda, a posição de cada país na arena internacional e regional condiciona sua ação em Política Externa (Costa, 2004; Paradiso, 2000).

O processo de integração na América do Sul, via criação da União de Nações Sulamericanas é, em si, visto como complexo, e atende à uma necessidade de melhorar a inserção dos países da região no cenário internacional (Lima, 2001). A coordenação das políticas macroeconômicas, o fortalecimento das relações entre Mercosul e a Comunidade Andina e a simetria econômica entre os Estados, uma vez que todos são emergentes, são os principais desafios à integração regional (Herz, Hoffman 2004). Portanto, a política externa dos países sulamericanos é de suma importância para uma simples iniciativa ou para concretização de qualquer acordo.

Os principais presidentes da América do Sul têm, em sua política externa, o compromisso com a integração regional. Mas pode estar havendo um distanciamento entre as perspectivas de integração dos países comandados por governos de esquerda, apesar da possível identidade ideológica destes. É preciso, antes de tudo, comparar e qualificar a “onda de esquerda” na América do Sul no que diz respeito à Integração Regional, pois é justamente nas Relações Internacionais regionais que as diferenças entre eles aparecerão. (Menezes; Penna Filho, 2006)

Assim, partindo-se desta problemática, torna-se importante indicar para qual direção caminha a integração na América do Sul segundo as perspectivas dos governos de esquerda da região. Este artigo tem por objetivo analisar as políticas externas dos recentes governos de esquerda de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e Venezuela em comparação com seus discursos relativos a criação da UNASUL. A análise de discurso foi a principal ferramenta utilizada na formulação deste trabalho além do embasamento teórico baseado nos processos de integração sulamericana. Utilizamos tanto referências bibliográficas especializadas como documentos oficiais dos governos objeto de estudo, neste particular em especial na análise dos discursos.

O artigo foi dividido em quatro sessões, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira abordamos a história da América do Sul e o processo que levou a formação dos recentes governos de esquerda nos países objeto de estudo. Na segunda sessão analisamos a formação do Mercosul a partir do entendimento entre

as duas potências sub-regionais, Argentina e Brasil e como esse processo foi gerido até a formação da UNASUL. Na terceira sessão contextualizamos a própria UNASUL e abordamos a sua breve história começando pela formação da Comunidade Sulamericana de Nações (CASA). Na última sessão analisamos os discursos oficiais coletados em comparação com as políticas externas dos países estudados em suas atitudes com respeito a UNASUL. Esta análise é feita seguindo alguns temas que achamos chave para a comparação entre os países, ou seja, a Política, a Economia e a Integração Regional. O fio condutor das análises neste trabalho são as instituições internacionais nos processos de integração.

Um pressuposto importante para este trabalho é que do tipo de instituições que formam uma integração regional resulta o nível de aprofundamento da instituição. Ou seja, para meros acordos de livre comércio tem-se uma baixa densidade das instituições, já um mercado comum exige forte densidade institucional. Este debate geralmente é feito em relação à intergovernamentalidade versus supranacionalidade, sendo o nível de densidade maior na última em relação à primeira.

A motivação do trabalho ocorre na necessidade de entendermos como os atuais governantes de esquerda, outrora oposição oprimida em seus países, vêm tratando o tema da integração no subcontinente e como vêm agindo para alcançar os objetivos propostos neste âmbito. Este estudo pode contribuir gerando novas referências na área de integração e de análise de discurso, possibilitando um entendimento das políticas externas dos recentes governos de esquerda e traçando uma diferenciação entre as correntes de esquerda em que esses governos se encaixam. O debate que se propõe aqui poderá possibilitar à sociedade entender os posicionamentos dos governantes de esquerda na América do Sul, bem como visualizar as diferenças existentes entre seus posicionamentos em discursos e a efetividade de suas políticas externas no que diz respeito a criação da UNASUL.

2. GOVERNOS DE ESQUERDA: EMERGÊNCIA E CARACTERÍSTICAS

Desde a época do libertador da América Espanhola, Simón Bolívar, que a América Latina e em especial a América do Sul vem sendo palco de diferentes tentativas de integração regional e sub-regional. A principal diferença entre a época do libertador, meados da década de 1820, e dos tempos atuais é que naquela época ainda não estavam consolidadas as democracias partidárias, eram tempos de Impérios e Colônias. Porém, destaca-se uma certa semelhança no que diz respeito à existência de grupos internos com diretrizes políticas de busca de independência e maior autonomia em relação ao centro do sistema Internacional.

A história dos povos sulamericanos foi repleta de lutas, algumas ocorreram entre as nações aqui formadas, guiadas por Impérios de além mar, como a guerra do Paraguai, outras ocorrerão entre o subcontinente e a potência, como o caso das

Malvinas ou Falkland Islands que até hoje é motivo de divergência entre Argentina e Inglaterra. Houve ainda as lutas internas, as guerras por independência e também as lutas contra as ditaduras. O fato concreto é que desde a colonização europeia sempre houve conflitos ocorrendo na América do Sul, em maior ou menor proporção.

O século XX foi marcado pela luta entre as classes dominantes e os dominados. Durante a maior parte da história do subcontinente os líderes das nações sulamericanas foram definidos como de direita, pois em sua grande maioria eram oriundos de classes abastadas e tinham origens políticas na “burguesia”. Alguns líderes, porém, criaram sua marca baseados na luta social, como o caso de Getúlio Vargas no Brasil.

Por volta das décadas de 1960 e 1970 consolidaram-se na América do Sul as ditaduras militares de direita radical. Em especial no Brasil, na Argentina e no Chile, essas ditaduras foram devastadoras do ponto de vista político e social e deixaram marcas na vida das sociedades locais que não serão facilmente esquecidas.

A Guerra Fria também foi um fator importante no contexto histórico sulamericano do século XX. A constante luta entre o Capitalismo estadunidense e o Socialismo soviético definiu a Política Externa dos EUA para a região e foi o que em grande medida suprimiu os movimentos sociais e deu força a direita e também as ditaduras que governaram com mão de ferro este continente por décadas.

Por volta da década de 1980 o socialismo soviético perdia fôlego na corrida com o livre-mercado capitalista estadunidense. Um novo movimento se formava, a globalização estava se tornando fator decisivo no novo cenário mundial que viria a se consolidar uma década depois com o fim da Guerra Fria e o advento do Neoliberalismo. O fim da guerra fria e da ordem bipolar abriu um espaço para a aceleração do processo de globalização, que, junto à nova configuração de ordem com polaridade indefinida impulsionou um novo movimento de regionalização, como o corrido após a II Guerra Mundial, especialmente com as Comunidades Europeias.

O fim das ditaduras locais, a queda do muro de Berlim e o fim da URSS marcaram o começo de um novo ciclo e a ascensão do modelo Neoliberal. Os EUA apesar de enfraquecidos pela corrida armamentista e por uma guerra silenciosa que havia consumido o mundo nas quatro décadas anteriores, saía vitorioso e pronto a disseminar pelo mundo os princípios do livre comércio, da democracia e de um mundo sem barreiras.

A política externa dos EUA se modificou e ao invés de apoiar as ditaduras de direita passou a disseminar uma cultura de democracia que ainda era marcada, neste caso na América do Sul, pela predominância da direita que viria para instaurar o neoliberalismo e quebrar as barreiras entre os países. No Brasil foi eleito em 1990 para a presidência Fernando Collor de Mello com um discurso anticorrupção e com

objetivos de abertura de mercado, não durou muito tempo e sofreu um impeachment em 1992. Na Argentina Carlos Menem assume para governar até 1999.

Após a tentativa desorientada de Collor de abrir o mercado brasileiro sem antes prepará-lo, seu vice Itamar Franco governa por dois anos. Em seguida é eleito para a presidência o ministro da fazenda de seu governo, Fernando Henrique Cardoso. Nos dois mandatos desse presidente o Brasil vivenciou o período de neoliberalismo mais exacerbado, com a abertura gradativa do mercado, o aumento do fluxo de comércio internacional e principalmente as privatizações que eram marca registrada desse modelo econômico.

Entre meados da década de 1980 e início da década de 1990, a América do Sul vivenciou uma crise econômica que teve como sua estrela principal a inflação. O neoliberalismo surgia como forma de combater a crise e levar os países a um novo patamar no cenário internacional. O resultado do modelo adotado foi uma nova crise no fim da década de 1990 que afetou todos os países sulamericanos em maior ou menor grau. Os dois principais afetados foram Brasil e Argentina. No Brasil, a crise cambial levou o real a uma grande desvalorização, resultado de alguns meses queimando reservas internacionais para convencer o povo da qualidade do Plano Real e garantir a reeleição de FHC. Na Argentina por outro lado a crise foi devastadora, a taxa de desemprego no país chegou a mais de 20%. As políticas econômicas de Menem sofreram duras críticas e o país estava mergulhado em um cenário econômico alarmante.

A crise foi tão grande que entre 1999 e 2003 a Argentina teve cinco presidentes diferentes. Por fim, assumiu Néstor Kirchner em 2003, um político da esquerda que completou seu mandato, conseguiu amenizar a crise e ainda teve força para eleger sua esposa presidente quando seu mandato acabou. No Brasil com o fim do segundo mandato de FHC, concorrendo pela quarta vez à presidência, assume Luis Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista, co-fundador do Partido dos Trabalhadores e um dos líderes mais populares da esquerda latinoamericana.

Na Venezuela em 1998 assume Hugo Chávez, ex-militar e político de esquerda defensor da América Bolivariana, mais uma resposta as crises enfrentadas pelos países da América do Sul. Chávez tentou um golpe de Estado em 1992, mas não foi bem sucedido e ficou preso durante dois anos, todavia, isso serviu para alçá-lo como figura política no cenário nacional venezuelano. Na Bolívia os líderes de direita ainda conseguiram se manter no poder até 2005 quando Evo Morales foi eleito presidente com ampla vantagem. Evo Morales tem origem ameríndia da etnia aimará, ficou conhecido por resistir às pressões estadunidenses de acabar com o plantio de coca em seu país, prática essa considerada marca cultural da Bolívia.

No Equador Rafael Correa é eleito presidente e assume em 2007. Economista, seu governo tem uma postura nacionalista de oposição a alguns organismos multilaterais como Banco Mundial e FMI e defende uma maior participação do Estado na exploração do petróleo. No Chile em 2006 assume Michele Bachelet, primeira

presidente mulher da história do país. Médica e Ministra da Defesa do governo anterior se tornou popular por ser a primeira mulher a ocupar o cargo no ministério da defesa chileno.

Ao analisarmos a história política e econômica da América do Sul percebemos que foi o descaso dos líderes de direita com as classes sociais oprimidas e o insucesso das ditaduras militares e do paradigma neoliberal que possibilitaram a chegada ao poder dos recentes governos de esquerda na América do Sul. Além disso, o cenário econômico de recessão, desemprego e piora das condições de vida da maioria da população também foi fator decisivo nesse processo.

Todavia, ao analisarmos o início do século XXI percebemos que esses mesmos governos de esquerda possuem características diferentes e que o cenário de bonança econômica global favoreceu ambas vertentes do pensamento esquerdista no que tange o desenvolvimento de suas políticas.

As vertentes de que falamos são caracterizadas pelos governos da Argentina, Bolívia, Venezuela e Equador que podem ser definidos como esquerda marxista e o do outro lado estão os governos do Brasil, Chile e Uruguai que podem ser caracterizados como esquerda social democrata. Para Carvalho (2008), uma esquerda “boa” (social democrata) e uma esquerda “má” (marxista). Ainda segundo este autor, as características desses governos podem ser definidas de muitas formas. Os governos da esquerda marxista demonstram tolerância à inflação, mas com significativos superávits fiscais. Além disso, existe uma ampliação do protagonismo estatal na política econômica com o controle de preços, do câmbio e do comércio externo, e valorização das estatais.

Os expoentes das duas vertentes são Lula no Brasil e Hugo Chávez na Venezuela. Lula era um revolucionário radical da esquerda, lutava contra os governos de direita e suas políticas. Ao assumir, todavia, manteve a maioria das políticas do governo anterior apenas ampliando as políticas sociais e alterando o foco da política externa brasileira do norte para as relações Sul-Sul.

Chávez por outro lado utilizou os recursos dos petrodólares gerados pela imensa troca comercial com os EUA para aplicar o que chama “socialismo do século XXI”, ampliando programas sociais, combatendo o analfabetismo e posicionando-se contra a política externa estadunidense. Além disso, os bons ventos do crescimento global no início do século XXI lhe permitiram implantar mudanças constitucionais que garantem sua capacidade de se reeleger quase que indefinidamente.

Para dar continuidade ao nosso estudo é bom recapitularmos que o momento vivido pela América do Sul no fim do século XX propiciou a subida ao poder de novos líderes da esquerda. Todavia não podemos definir todos os líderes de esquerda como semelhantes pois apesar da origem na luta social, duas vertentes se formaram e hoje temos os chamados Social Democratas (governos do Brasil, Chile e Uruguai)

e os Socialistas do século XXI (governos da Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina).

3. MERCOSUL: A EXPERIÊNCIA MAIS EXITOSA DE INTEGRAÇÃO

A história da América do Sul é marcada pela rivalidade entre os dois principais países da região: Brasil e Argentina. Ao longo da história a rivalidade entre as duas “potências regionais” foi marcada pela militarização média de ambos os países com o objetivo de prevenir qualquer eventual hostilidade física contra o território nacional do outro.

Os avanços da era atômica propiciaram uma nova rivalidade entre os dois países, alterando o conflito frente a ameaça de uma corrida armamentista (Oliveira, 1998). Com o clima de incertezas no subcontinente a alternativa mais plausível para evitar a corrida armamentista foi a cooperação e fiscalização mútua. Através da cooperação os países poderiam auxiliar um ao outro na utilização da energia e poderiam, através da fiscalização, garantir que as pesquisas nucleares estavam voltadas para o bem estar da sociedade civil e não para fins militares.

“Assim, iam crescendo e se consolidando as marcas da integração, embasadas na confiança mútua de estabelecer um equilíbrio no desenvolvimento de tecnologias nucleares com fins pacíficos entre os programas das duas nações.” (Oliveira, 1998). Por volta da metade da década de 1980 nem Argentina nem Brasil estavam mais submetidos a regimes militares autoritários. Ambos os países buscavam meios que consolidar e fortalecer o sistema democrático.

Nesse contexto de cooperação e de retomada da democracia, a rivalidade abriu espaço para os caminhos da integração que tiveram como marco inicial a Declaração de Iguazu de 1985 que foi assinada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. Mariano (2007) afirma que essa declaração: “definiu os objetivos principais de todo o processo, pois pretendia ir além do simples aumento dos fluxos comerciais. Era uma tentativa de criar mecanismos capazes de diminuir as probabilidades de um retrocesso autoritário...”

Em 1986 a integração deu mais um passo a frente com o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), sobre este Mariano (ibidem, p. 90) afirma:

o formato institucional utilizado baseou-se na criação e execução de diversos protocolos setoriais com o objetivo de desenvolver laços de interdependência entre as duas economias, entendido como forma mais eficiente de diminuir as desconfianças historicamente construídas entre os dois países, além de servir de âncora para a redemocratização.

Logo em 1988 tivemos outro marco importante no processo de integração entre Argentina e Brasil. O Tratado de Integração e Cooperação que foi uma vitória já que

no momento de sua assinatura os governos voltavam-se para as questões domésticas que diziam respeito a crise econômica e a redemocratização. Com relação a esse tratado Mariano (ibdem, p. 92) afirma que: “um dos resultados imediatos (...) foi a concentração decisória em torno dos ministérios de relações exteriores”.

A concentração do poder decisório nas mãos dos ministérios de relações exteriores foi bastante importante para o que viria após com a crise interna brasileira na época de Collor que não emperrou o processo de integração graças aos esforços diplomáticos em dar continuidade ao mesmo apesar das falhas presidenciais.

O Mercosul nasceu de fato em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção e englobou além de Brasil e Argentina, Paraguai e Uruguai. O tratado previa a universalização de decisões e a redução de prazos para a política de liberalização comercial entre os quatro membros. (Seitenfus, 1992. p. 6)

O Mercado Comum do Sul foi pensado como processo de integração e formação de um mercado comum, mas logo no seu início, em função das linhas de governo no Brasil e na Argentina, assumiu uma feição neoliberal. Assim sendo, seu viés desde o princípio teve uma conotação comercial e seus objetivos eram diminuir as barreiras tarifárias até a criação de uma zona de livre comércio entre seus membros, passar a uma União Aduaneira e depois ao Mercado Comum. Todavia, o prazo restabelecido por Collor e Menen foi pequeno e as crises internas atrapalharam os planejamentos dos países parte do processo.

Para o Brasil, em especial, o Mercosul tinha ainda outra conotação. Para este país a instituição regional dava mais força e servia como base para sua inserção no cenário mundial. Em 1993 no governo de Itamar Franco, que havia assumido após o Impeachment de Collor, as complicações no processo de integração começaram a ficar claras, especialmente com os conflitos comerciais entre Brasil e Argentina. Ao chegar em 1994 o Mercado Comum do Sul além de não estar consolidado apresentava uma desaceleração.

Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder o processo retoma com ainda mais força o caráter comercial, defendido especialmente pela diplomacia brasileira. De acordo com alguns negociadores brasileiros no Mercosul, como Renato Marques, a questão das instituições nesse ponto do processo ainda não estavam claras se seriam de caráter intergovernamental ou supranacional. A posição brasileira já estava tomada.

No Protocolo de Ouro Preto em 1994 as posições do corpo diplomático brasileiro em relação ao caráter intergovernamental do processo foram quase irredutíveis e esse foi o modelo adotado. Foi no fim da década de 1990 que o Mercosul entrou na crise que enfrenta até hoje. O modelo institucional adotado não foi eficaz para o desenvolvimento do processo de integração. O Brasil, maior país da região, só

aceitava discutir um modelo supranacional se houvesse também discussão do peso do voto de cada Estado. (Mariano, op. cit.)

Com o início do governo Lula a intensificação das relações internacionais brasileiras foram vistas no âmbito global na medida em que a atenção da política externa se volta para os países do sul. Segundo Seitenfus (2008), a idéia é conjugar forças para abrir espaço nos mercados dos países industrializados para os produtos e serviços dos países em desenvolvimento, criando assim uma cooperação Sul/Sul nunca antes vista. Além disso, houve mudanças na maneira como o processo de integração foi tratado. O objetivo do governo inicialmente era o de aprofundar o Mercosul e possivelmente ampliar o bloco em direção a América do Sul.

4. UNASUL: UMA NOVA PERSPECTIVA INTEGRACIONISTA

Para o entendimento do processo que levou a criação da União de Nações Sulamericanas é importante retomarmos a idéia de que o Brasil é o maior país da América do Sul e que sua participação no processo de integração é decisiva para o sucesso do mesmo.

Devido ao peso do Brasil no subcontinente a política externa brasileira tem agido em duas frentes, em especial nos dois governos Lula da Silva, mas também em grande medida nos governos FHC. A primeira frente é a da integração sub-regional, na busca do papel de liderança esperado do país que possui quase 80% do PIB do território e da população da América do Sul. A segunda frente é a inserção internacional do Brasil nos foros de discussão global, papel também esperado de um país que possui a décima maior economia do mundo, a maior parte da floresta amazônica e do aquífero Guarani em seu território e ainda uma tradição diplomática respeitada no mundo inteiro.

A existência dessas duas frentes faz com que o Brasil esteja fortemente presente nos dois cenários (sub-regional e internacional) e que utilize as instituições sub-regionais como plataforma de inserção internacional. Também parece interessante aos EUA que o Brasil assuma seu papel de liderança e suas responsabilidades no subcontinente diminuindo assim o clima de radicalismo na região. Todavia, para que o Brasil possa fortalecer os mecanismos integracionistas existe a necessidade de uma cessão de soberania e esta parece encontrar resistências concretas. (Dupas; Oliveira, 2008)

A insistência do corpo diplomático brasileiro em relação ao caráter intergovernamental do processo foi uma clara demonstração de que o Brasil não estava disposto a ceder soberania em um processo de integração com seus países vizinhos.

O que se conhece hoje como UNASUL começou a se moldar a partir de 2000 com a Cúpula Sulamericana. Na segunda cúpula em 2002 destacou-se a promoção da

Iniciativa para a Integração da infra-estrutura regional Sulamericana (IIRSA) que foi gerada a partir do BID e teve posterior apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF) e da Fundação do Rio da Prata (Fonplata). (Campos, 2008)

Foi em 2004 durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul em Cuzco que o Brasil lançou a idéia da Comunidade Sulamericana de Nações (CASA) como uma forma de consolidar as iniciativas que vinham sendo tomadas e tornar o processo de integração algo mais amplo e que atingisse todos os países do subcontinente. Ficou claro que o interesse da diplomacia brasileira era ampliar ao invés de aprofundar o processo no âmbito do Mercosul. Segundo a diplomacia brasileira, os processos deveriam coexistir, o Mercosul e a CAN (Comunidade Andina de Nações) deveriam ser aprofundados em conjunto com a nova comunidade que passaria a existir.

O objetivo da CASA, segundo a Declaração de Cuzco, era concorrer para a conformação de um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infra-estrutura. Neste encontro em Cuzco foi aprovado um programa mínimo de trabalho com oito áreas de ações prioritárias: “diálogo político; integração física; meio ambiente; integração energética; mecanismos financeiros sulamericanos; assimetrias; promoção da coesão social; a inclusão social e a justiça social; e as telecomunicações” (Campos, 2008). Foi em 2007, durante a Cúpula Energética Sul-Americana que a Comunidade Sul-americana de Nações passou a se chamar União das Nações Sulamericanas.

Os países que constituem a UNASUL são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, além do México e Panamá como observadores, e como objetivos principais se destacam a coordenação política, econômica e social da região, através da integração de infra-estrutura, energia, políticas sociais, finanças e defesa. (Vartanian, 2008)

A organização apresenta como órgãos deliberativos, nos termos do Tratado, um Conselho de Chefes de Estado e de Governo, um Conselho de Ministros de Relações Exteriores e um Conselho de Delegados, assim como a Secretaria-Geral, fortalecendo o diálogo político entre os Estados-membros.³

A UNASUL prevê em seu tratado cúpulas presidenciais anuais, reuniões ministeriais semestrais, reuniões de delegados bimestrais e uma Secretaria permanente em Quito no Peru. As resoluções e acordos aprovados pelos chefes de Estado são implementadas pelos Ministérios de Relações Exteriores dos países.

A UNASUL tem sua presidência rotativa, muda a cada um ano e é assumida por ordem alfabética pelos países, atualmente quem está no cargo é o Equador representado por seu presidente Rafael Correa. A presidência anterior a essa foi do Chile representada pela presidenta Michele Bachelet.

³ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sulamericanas**. Brasília:2008.

Durante a presidência do Chile ocorreram na Bolívia protestos contra o governo de Evo Morales que resultaram em violência nas ruas daquele país, nesse episódio o Chile convocou uma reunião de emergência para tratar do assunto. Dessa reunião resultaram negociações que resolveram o impasse na Bolívia, o que caracterizou uma real capacidade da Organização de influenciar o contexto sul-americano.

5 UNASUL NOS DISCURSOS DOS GOVERNOS DE ESQUERDA

Neste último item utilizamos os discursos dos governos de esquerda descritos e analisados acima para verificarmos como tem sido seus posicionamentos acerca de temáticas importantes à região. Elegemos os temas em função de suas importâncias para as sociedades e governos e em função da importância para a integração e inserção no sistema Internacional.

5.1 POLÍTICA

O sistema político no subcontinente sulamericano sofreu grandes mudanças desde a década de 1980 com o fim das ditaduras militares e a retomada do sistema democrático. A chegada ao poder dos governos de esquerda no fim da década de 1990 e começo do século XXI trouxe mudanças à conjuntura política e ao sistema em si.

Uma característica marcante dos governos de esquerda é a busca constitucional pelo amparo a perpetuação no poder. Viram-se mudanças grandiosas especialmente nos governos da Venezuela e Bolívia que através de referendos populares conseguiram criar novos mandatos. No Brasil o segundo mandato veio ainda no Governo FHC como uma espécie de ajuste à Constituição de 1988, mas apesar dos rumores sobre um terceiro mandato do governo Lula esse fato não se concretizou e a briga política no Brasil agora se firma na intenção de eleger um sucessor. Independente do país em questão o que se nota é que a força política vem baseada em uma onda populista, apesar de ter características diferentes em relação aos períodos anteriores.

Como já visto, o advento da democracia no período pós-ditatorial em meados da década de 1980, criou um cenário propício à integração. Essa propensão deve-se ao fato da integração ter servido em alguns momentos, especialmente entre Brasil e Argentina, para fortalecer as instituições democráticas e evitar um retrocesso autoritarista. Cabe aqui uma análise sobre os posicionamentos dos governos estudados em relação ao fator democracia.

No Brasil o período ditatorial encerrou na metade da década de 1980, o período democrático iniciou-se com a eleição de presidentes de direita, como em quase todos os países sulamericanos. No caso desse país, a constituição previa inicialmente um mandato de cinco anos sem reeleição. Isso foi modificado no governo de FHC, sendo a nova regra baseada em mandatos de quatro anos com

uma reeleição. Desde a subida de Lula da Silva ao poder em 2003 a regra não sofreu alterações, mas correram boatos durante o ano de 2009 de que poderia haver uma tentativa de terceiro mandato no congresso nacional. Não havendo um terceiro mandato o objetivo é focado na eleição de um sucessor vindo também do Partido dos Trabalhadores, neste caso a atual Ministra da Casa Civil, Dilma Rouseff.

Na Argentina, com a subida ao poder do esquerdista Néstor Kirchner não houve mudanças nas regras eleitorais, mas a figura do presidente foi suficientemente forte para eleger sua sucessora, neste caso a sua esposa Cristina Fernandez Kirchner. A atual presidenta vem enfrentando críticas pesadas e constantes protestos no país.

Na Venezuela Hugo Chávez pode governar com tranquilidade até 2014 e ainda tem possibilidades de conseguir novas modificações nas normas para que possa novamente se reeleger. Na Bolívia, Evo Morales conta com o apoio da parcela indígena que é a maior do ponto de vista eleitoral no país. Apesar da dificuldade de lidar com a oposição, consegue governar com certa autonomia e busca melhorar as condições das camadas mais pobres.

No Chile a política segue uma ordem mais calma, a disputa e o mandato ocorrem entre políticos mais moderados e com visão que apesar de ter posicionamentos diferentes possuem basicamente os mesmos objetivos de continuidade dos projetos em andamento.

No Equador a figura jovem de um presidente de esquerda representa um novo ar ao sistema político e as relações exteriores desse país. Atualmente o governo de Rafael Correa tem buscado melhorar as condições das camadas mais desfavorecidas no cenário político.

5.2. ECONOMIA

Do ponto de vista econômico a região sulamericana é hoje uma região com grande potencial de desenvolvimento e investimentos. Isso ocorre devido ao fato de possuir a maior reserva de água doce do mundo, fauna e flora vastas, a maior floresta tropical do mundo, reservas de petróleo enormes conhecidas e a serem descobertas, capacidade energética hídrica, nuclear e de hidrocarbonetos, grande população, acesso ao oceano pacífico e atlântico, dentre outras tantas qualidades.

Entretanto, esse potencial não garante por si só o desenvolvimento econômico da região. A história da região é marcada pela exploração dos centros econômicos mundiais. Alguns fatores que definem a situação precária da região são: altos níveis de pobreza, má distribuição de renda, falta de condições básicas as populações, infra-estrutura precária, graves crises econômicas que abalaram o sistema desde a década de 1980, níveis de educação baixos, sistema jurídico precário, corrupção no setor público, impunidade, entre outros tantos. Esse universo ambíguo entre potencial futuro e situação atual gera um ambiente delicado onde as ações atuais definirão as possibilidades futuras.

O Brasil vem se destacando na região como potência emergente, a Argentina passou por uma crise violenta no fim do Séc. XXI, mas já apresenta alguma recuperação, a Venezuela conta com grandes reservas de petróleo que tem garantido seu desenvolvimento e sua situação política, a Bolívia possui a maior reserva de gás natural da região, o Chile possui uma enorme costa de acesso ao pacífico, entre outras qualidades.

A solução para não ser alvo dos centros de poder mundiais parece ser a integração, como destaca Ferrer (2007, p. 12):

Quando os países conseguem dar respostas aos desafios e oportunidades da globalização de maneira coerente com seu desenvolvimento nacional, abrem-se oportunidades para todos, provem-se o investimentos e o crescimento e estabelecem-se relações simétricas não subordinadas à ordem global. Quando se dá o oposto, prevalecem o subdesenvolvimento, a pobreza, a desigualdade e a dependência em relação aos centros de poder mundial.

Este novo movimento integracionista possui, neste sentido, um impulso do sistema Internacional e outro do interior dos Estados nacionais, pois que possuem muitas identidades político-ideológica.

5.3. INTEGRAÇÃO REGIONAL

Tratando a UNASUL do ponto de vista brasileiro podemos voltar a destacar que este projeto foi em grande medida uma forma de ampliar o processo de integração sem ter que necessariamente aprofundá-lo no âmbito do Mercosul. Tratando das posições brasileiras nos discursos e meios oficiais no que tange a UNASUL, podemos fazer um comparativo com a efetividade das ações da política externa brasileira nesse âmbito.

Na oportunidade da assinatura do tratado constitutivo da UNASUL que ocorreu no Brasil em maio de 2008, o presidente Lula em seu discurso destaca que “o Tratado Constitutivo dá personalidade jurídica à UNASUL, que ganha expressão política e meios institucionais para realizar seus objetivos.”

Ao mesmo tempo em que, de um modo geral, esse discurso seja o aplicado pelos formuladores da política externa brasileira, vimos que ao longo da história, e agora não de modo diferente, o Brasil buscou fugir das responsabilidades institucionais que dizem respeito ao processo de integração do subcontinente. No caso do Mercosul vimos que as instituições não foram fortalecidas para dar corpo ao processo, pelo contrário, foram estabelecidas e mantidas com pouco poder decisório e pouca capacidade de influenciar as políticas internas de cada governo.

Da mesma forma, ao analisarmos o caso da UNASUL percebemos que as atitudes brasileiras continuam na mesma direção em que vinham desde a década de 1990,

onde a integração regional é apenas um meio estratégico de alcançar foros mais importantes do ponto de vista global. O exemplo claro desse fato foram as negociações do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) na Rodada de Doha, em que foram discutidas as questões dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos. O país vinha com uma posição conjunta com a Argentina e com outros países em desenvolvimento, mas ao perceber a incapacidade das negociações irem adiante preferiu tomar atitudes solitárias que poderiam não satisfazer os demais países do bloco.

Nesse sentido, existe uma clara divergência entre as ações concretas da diplomacia brasileira e o discurso do presidente Lula⁴ durante a cerimônia de assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL no qual ele destaca: “As decisões da Unasul serão tomadas por consenso, que se construirá na base do diálogo, da harmonia e do respeito mútuo.” E ainda que: “Uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro do poder no mundo, não em benefício de um ou de outro dos nossos países, mas em benefício de todos.”

Podemos por outro lado ver com clareza que os posicionamentos dos diplomatas brasileiros costumam ser mais coerentes com a política externa brasileira do que os discursos presidenciais. Destacam-se aqui os seguintes dizeres do chanceler Celso Amorim (2004): “Ante as amplas afinidades que nos aproximam e as dificuldades que desejamos superar, a integração da América do Sul apresenta-se como um imperativo. A questão, na verdade, é saber que tipo de integração queremos”

Para Amorim (2004):

Ausente uma agenda de crescente cooperação com ênfase nos interesses compartilhados e nas oportunidades de benefícios mútuos, corremos o risco de assistir a uma integração perversa, promovida pela contaminação recíproca de situações de crise, quando não pelo crime organizado, pelo contrabando e pelo narcotráfico.

Podemos analisar que ao mesmo tempo em que o Brasil mantém um discurso de aproximação e integração sub-regional, sua política externa também busca certas barreiras ao processo de integração que permitam ao país garantir sua autonomia.

Analisando o caso da Argentina, podemos destacar que este país enfrentou uma das piores crises da sua história no fim da década de 1990 e começo do século XXI. Essa crise ainda não foi totalmente superada e suas seqüelas ainda influenciam em grande medida no modo como a política externa deste país está posicionada.

Por volta da criação da CASA a Argentina estava no início do governo de Néstor Kirchner e a ordem no que dizia respeito a política externa era ampliar as participações nos foros internacionais e buscar a consolidação de um sistema multipolar.

⁴ Disponível em: < <http://www.amersur.org.ar/Integ/UNASUR0806.htm> > Acesso em: 20 Ago. 2009.

No quesito integração regional destaca-se as palavras do Ministro das Relações Exteriores da época de Néstor, Rafael Bielsa (2004):

A integração não é uma panacéia que nos permitirá resolver, magicamente, todos os nossos problemas, mas, sim, uma dinâmica de cultura política, onde marcham em um equilíbrio difícil, porém auspicioso, o fortalecimento dos Estados, juntamente com a construção de instituições supranacionais; a defesa dos interesses econômicos e estratégicos nacionais e sua potencialização dentro de um quadro de integração regional.

Nota-se que a diplomacia argentina toma um viés realista sobre a integração desde o princípio da UNASUL, quando ainda se chamava CASA. E o mais importante é destacar nos dizeres do Ministro “construção de instituições supranacionais”. Desde 2004 a Argentina já sinalizava, especialmente ao Brasil, que não seria possível um processo de integração efetivo sem que houvesse instituições supranacionais, mesmo que de grau moderado, que fizessem valer os interesses coletivos.

Frente ao avanço da UNASUL, mas sem resultados concretos para a Argentina e com os problemas enfrentados em relação ao Brasil, especialmente no caso da OMC, mas também com as questões comerciais bilaterais, nota-se um alinhamento da Argentina com a Venezuela, o que Dupas e Oliveira (2008, p. 244) vão classificar como “tentativa de consolidação de um novo eixo estratégico de poder na América do Sul entre o segundo e o terceiro maiores países da região, como um contrapeso à predominância brasileira”.

Apesar disto, o discurso na Assembléia Geral da ONU de 2009 da atual presidenta, Cristina Kirchner, destacou que apesar das visões e dos interesses distintos dos países sulamericanos, a UNASUL consegue atuar na esfera da multilateralidade e gerar resoluções eficazes como no caso da Bolívia.

Analisando o caso da Venezuela veremos que este se trata do principal expoente no processo de integração regional depois do Brasil. A figura do presidente Chávez tem sido o principal fator desestabilizador no processo de integração. Como foi abordado, o presidente Chávez se elegeu em 1998. Desde lá a Venezuela passou por uma grande modificação, em especial no que diz respeito a sua política externa. A Venezuela é o terceiro país com maior peso na América do Sul, atrás apenas de Brasil e Argentina. Seu papel na Comunidade Andina sempre foi de protagonista e mais recentemente negociações foram feitas para que este país pudesse também ingressar no Mercosul, todavia, a entrada está em espera desde 2006 devido a demora na votação desta questão no congresso brasileiro.

O estilo radical de Chávez marcou a política externa Venezuelana especialmente no que diz respeito as tratativas com os EUA. O discurso do presidente Chávez é anti-estadounidense e especialmente Socialista, se comparado com os outros governos de esquerda da América do Sul. O temperamento explosivo do Socialista do século XXI repercutiu também no processo de integração, principalmente com comentários

que visavam criticar o modelo adotado. Suas críticas à IIRSA eram baseadas na afirmativa de que o projeto segue uma lógica “neocolonialista”, criando plataforma de exportação para recursos naturais⁵. Além disso, na mesma oportunidade o presidente proferiu que não havia uma proposta clara sobre a CASA e nem se sabia para onde iria o processo.

A inconsistência de seus posicionamentos externos também é marca da política externa venezuelana, política essa proferida por Chávez que ora apóia as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e ora não. O mesmo que compra brigas constantes com seu vizinho Colômbia devido às intervenções estadunidenses naquele território.

Ademais de suas intempestividades, o presidente Hugo Chávez vem galgando um posicionamento importante dentro do processo de integração. Mesmo que sua política externa possa parecer incoerente em alguns pontos, ela vem fortalecendo a figura da Venezuela como membro fundamental para que o processo possa prosseguir. É impossível imaginar uma América do Sul integrada sem o apoio deste país. Nesse sentido é que a diplomacia brasileira vem agindo na intenção de trazer a Venezuela para o Mercosul, se membro efetivo deste bloco este país teria de se sujeitar às regras do grupo e estaria numa posição mais favorável ao Brasil.

Outro fator interessante é que enquanto a Venezuela tem um peso importante na integração sul-americana, mas nem comparado ao brasileiro, já no processo de integração centro-americano este país parece ser o pivô da integração. Ao mesmo tempo em que este país procura influenciar o processo na América do Sul, também faz fortes investidas em direção ao resto da América Latina e pode-se dizer que tem sido bem sucedido em suas investidas, especialmente no que diz respeito à região do Caribe.

Analisando o caso do Chile vemos um país onde o modelo neoliberal ainda impera em certa medida. Devido aos acordos comerciais com os EUA este país possui tarifas externas menores do que a média dos outros países da América do Sul. A questão comercial é o principal entrave no processo de integração pelo prisma chileno. Enquanto os outros países buscam tarifas externas comuns que facilitem as trocas comerciais o Chile já possui uma taxa menor do que as taxas conjuntas propostas, especialmente no âmbito do Mercosul.

Em relação a esse país Bernal-Meza (1998) explica:

o Chile tem um Governo centro-esquerda mas segue uma política econômica que, embora não seja abertamente neoliberal, mantém alguns dos delineamentos fundamentais desenhados pelo modelo econômico do regime Pinochet, cuja

⁵ AGENCIA BRASIL. “Integração sul-americana está sem rumo, diz Hugo Chávez. 08/12/2006. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/12/09/materia.2006-12-09.0586503097/view>. Acesso em: 20 ago. 2009

conseqüência social é a continuidade de um marcado desvio na distribuição da renda.

Em vista disso, o discurso Chileno no âmbito da integração sul-americana segue uma linha de diminuição da exclusão social. Com respeito a esse tema Alejandro Foxley, Ministro de Relações Exteriores do Chile, em seu discurso na reunião da Comunidade sulamericana de Nações em 2006 , destaca:

No se trata sólo de estructurar un discurso o promover algunas prioridades, sino concertar acciones concretas de los gobiernos de los países miembros. Al poner a la inclusión social en el centro de la agenda de la Comunidad, es necesario vincularla a un conjunto de políticas e iniciativas que demuestren en concreto esa prioridad.

Mesmo destacando a prioridade de uma agenda social forte, o Chile enfrenta empecilhos internos a esse discurso. Como destacado por Bernal-Meza, mesmo que o Chile possua um governo com características esquerdista, as políticas interna e externa chilena estão baseada nas relações bilaterais com os EUA e com a capacidade do país de mostrar-se interessante a potência mundial.

Assim sendo, podemos definir que a participação do Chile na UNASUL tem sido uma contribuição importante especialmente do ponto de vista político. Destacando aqui as atitudes tomadas por esse país quando na presidência rotativa do grupo se apresentaram problemas na Bolívia. Mas mesmo que a intenção política esteja fortalecida nesse sentido, as questões comerciais entre Chile e os outros países do subcontinente parecem ser um entrave no processo de integração.

Temos também a Bolívia de Evo Morales. Um dos países mais pobres da região, sua política e sua economia estão baseados nas reservas de hidrocarbonetos e de gás natural. A eleição do indígena Morales para a presidência mudou os rumos da política interna e externa do país. Eleito com um discurso nacionalista de defesa dos recursos naturais, o alinhamento deste presidente com Hugo Chávez da Venezuela marca sua política externa, sendo mais um partidário do Socialismo do século XXI.

Sua atitude mais marcante no cenário sub-regional foi a tomada das sedes da Petrobras naquele país que faziam a extração do gás natural. Essa tomada deu-se com homens armados e tinha por objetivo nacionalizar os recursos naturais. O resultado do episódio foi a renegociação dos contratos já existentes.

Da mesma maneira como Hugo Chávez implementa sua política externa na Venezuela, tenta a Bolívia de Morales se destacar no processo de integração sul-americano e ao mesmo tempo buscar alicerce nos países centro-americanos. Todavia, a capacidade diplomática boliviana não possui estrutura para fazer-se notar com a mesma intensidade que o faz Chávez na Venezuela.

Vale destacar sobre a Bolívia que a integração regional, mesmo que em menor grau do que o esperado é fundamental para este país. Cercado por cinco outros países e sem acesso aos oceanos teve ríspidas relações com o Chile ao longo de sua

história, exatamente o país onde se localizam os principais portos que escoam a produção boliviana.

Para o presidente Evo Morales (2006) a integração é uma forma eficiente de ter capacidade de negociação com os países industrializados que já exploram o gás natural de forma abusiva, segundo sua opinião:

é evidente que um processo de integração permitirá melhor negociação com os países industrializados. Especificamente na questão dos energéticos, há proposta para formar uma ampla associação de países produtores de hidrocarbonetos na América Latina. Será importante que tal idéia comece a concretizar-se no nível mais próximo.

Analisando o Equador percebemos que entre os países estudados é o que tem menor peso no processo de integração. Mesmo possuindo um governo de esquerda, o Equador não possui ferramentas fortes para influenciar o processo ao ponto de direcioná-lo para seus interesses internos.

As suas ações relevantes que geraram algum impacto no processo de integração podem ser caracterizadas pelo caso Odebrecht, onde o presidente Rafael Correa expulsou a construtora brasileira do país e ainda ameaçou não pagar um empréstimo contraído com o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) do Brasil. E também no caso com a Colômbia em que militares colombianos invadiram território equatoriano em busca de membros das FARC.

Neste segundo caso a repercussão foi maior. Chávez da Venezuela aproveitou a oportunidade para crucificar a Colômbia por sua estreita parceria com os EUA, cobrando do Equador uma resposta a essa invasão. Todavia, foi com Lula no Brasil que Rafael Correa foi se aconselhar e pedir atitudes quando ocorrido o fato. A situação acabou por ser resolvida de maneira diplomática no âmbito da Organização dos Estados Americanos(OEA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo analisamos os acontecimentos históricos da América do Sul, como as ditaduras militares apoiadas pelos EUA, e o advento do neoliberalismo no pós-Guerra Fria que culminaram na subida ao poder de governos de esquerda no fim da década de 1990 e no começo dos anos 2000.

Vimos também que esses governos de esquerda podem ser classificados de formas diferentes apesar de todos terem sua legitimidade política garantida pelas classes sociais de menor poder aquisitivo e dos excluídos políticos de outrora. Nessa diferença encontramos os Social Democratas, uma esquerda mais moderada que manteve em grande medida os preceitos do neoliberalismo e mantém uma conversa aberta com os movimentos políticos de direita, caracterizada nas figuras do Brasil,

Chile e para alguns autores na Argentina. Do outro lado temos os Socialistas do século XXI que mantêm um discurso mais radical e se caracterizam por manter um posicionamento anti-estadunidense nas suas políticas externas e alardeador nas suas atitudes externas. Como expoente dessa linha temos a Venezuela, a Bolívia e o Equador.

Analizamos os processos de integração sulamericanos anteriores à UNASUL, especialmente o que culminou com o Mercosul. Vimos que foi a superação da rivalidade entre Brasil e Argentina que permitiu que esse processo tomasse corpo e resultasse em uma união aduaneira entre esses dois países mais Uruguai e Paraguai.

Percebemos que foi a linha da política externa brasileira que, em grande medida, emperrou o processo no Mercosul, especialmente no que tange às instituições em processos de integração. Nesse sentido, entendemos que a intenção brasileira de se inserir globalmente não permitiu a evolução das instituições, principalmente para um nível supranacional, e que com o objetivo de não aprofundar a integração no âmbito do Mercosul foi sugerida a criação de uma integração sub-continental que resultaria na UNASUL.

Analizando os governos de esquerda e seus posicionamentos e ações quanto a UNASUL percebemos que o discurso bolivariano de integração é mantido nas reuniões, mas que as ações efetivas das políticas externas dos países com governos de esquerda nem sempre condizem com esse discurso. Enquanto países como o Brasil e a Venezuela pregam a integração com suas nações-irmãs no âmbito sub-regional, buscam por outro caminho a inserção internacional, no caso do Brasil com iniciativas como o G-20, os BRICS e a Cooperação Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), e, no caso da Venezuela com suas políticas para a América Central.

Em suma, podemos concluir que apesar dos governos de esquerda da América do Sul possuírem origens sociais com conotação bolivariana, estes atuam no cenário internacional com políticas externas de interesse nacional que em boa parte, se não na maioria dos casos, vão à contramão da integração.

Podemos concluir também que o período de bonança econômica experimentado por esses governos entre 2000 e 2008 foi aproveitado para garantir seus posicionamentos internos e a perpetuidade de seus governos, mas que a integração pouco aproveitou este momento em que investimentos concretos poderiam ter sido realizados nas linhas proposta de infra-estrutura, energia e políticas sociais.

Assim, das condições internas e externas vai depender a agregação ou a desagregação regional. Apesar dos discursos serem semelhantes e os governos analisados surgirem de movimentos históricos de confrontação com as até então classes dirigentes e elites políticas tradicionais, na prática a ação de cada país em termos regionais e daí internacionalmente é um paradoxo entre encorajar a integração e a União, de um lado, e a busca de capacidades de poder e inserção

internacional favorável. O quanto a integração regional será capaz de aglutinar os países com identidades ideológicas semelhantes dependerá desta equação.

Como sugestão para novas pesquisas podemos indicar o entendimento de como o período de bonança econômica internacional foi utilizado pelos governos de esquerda da América do Sul para se perpetuarem no poder e modificarem as políticas internas e externas de seus países, bem como a influencia deste processo na integração regional. Da mesma forma, uma análise de voto em fóruns internacionais com a ONU poderia indicar o quanto estes países estão refletindo na ação internacional suas aparentes identidades político-ideológicas e suas sempre melhores intenções de formar uma integração regional.

ABSTRACT

This article presents the integration process in South America that resulted in the formation of UNASUL. Also look to the formation of the leftist governments of this region and analyses the speeches of this governments and their foreign policies in their perspectives to UNASUL. The text is divide in six parts. In the introduction are pointed the objectives of this article, the next section presents the leftist governments, the following section is about the Mercosul experience and the forth section presents the recently experience of UNASUL. The next section analyses the speeches of the leftist governments about UNASUL to present the conclusions of this article.

Key-words: UNASUL, South America integration process, leftist governments.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. “Conceitos e Estratégias da diplomacia do Governo Lula”. In: *Revista DEP*, Ano I, Vol. I. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2004.

BERNAL-MEZA, Raúl. “As relações entre Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos: política exterior e Mercosul”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol.41. Brasília: 1998.

BIELSA, Rafael. “A política externa da Argentina no quadro da integração nacional”. In: *Revista DEP*, Ano I, Vol. I. Brasília: Projeto Raúl Prebisich, 2004.

CAMPOS, Carlos Oliva. “A América do Sul na encruzilhada de sua história: fragmentação, alternativas políticas e opções a partir da periferia”. In: AYRBE, Luis Fernando. *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, pp. 199-234.

CARVALHO, Carlos Eduardo. “‘Esquerda Conflitiva’ e Política Econômica: notas sobre Argentina, Bolívia e Venezuela”. In: AYRBE, Luis Fernando. *Novas lideranças*

políticas e alternativas de governo na América do Sul. São Paulo: Editora UNESP, 2008, pp. 183-198.

COSTA, Darc. *Estratégia Nacional: a cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

DUPAS, Gilberto; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. “A União Sul-Americana de Nações: oportunidades econômicas e entraves políticos”. In: AYRBE, Luis Fernando. *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FERRER, Aldo. “A recuperação da economia Argentina”. In: *Revista DEP*, Nº 7. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2007.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andréa Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LIMA, Marcos Costa. *O lugar da América do Sul na nova ordem mundial*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARIANO, Marcelo Passini. *A Política Externa Brasileira, o Itamaraty e o Mercosul*. Araraquara: 2007.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: Blocos econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, 2006.

MORALES, Evo. Bolívia, fator de integração. In: *Revista DEP*, no.4. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2006.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *A Integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 1998.

PARADISO, José (e outros). *Política Externa na América do Sul*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer/ Cadernos numero 7, setembro 2000.

SEITENFUS, Ricardo. “Considerações sobre o Mercosul”. *Estudos Avançados* vl.6. São Paulo: 1992.

SEITENFUS, Ricardo. “Líder solidário ou potência egoísta?” *Revista Interesse Nacional*, Ano I, 2008. Disponível em:

<http://www.oas.org/DIL/esp/XXXV_curso_Lider_solidario_ou_potencia_egoista_Ricardo_Seitenfus.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009.

VARTANIAN, Pedro Raffy. *A UNASUL e as oportunidades de negócio*. 2008. Disponível em: <<http://redeenergia.org/?p=266>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “América do Sul, espaço geopolítico prioritário do projeto nacional brasileiro”. In: Aldo Rebelo; Luis Fernandes; Henrique Cardim.

(Org.). *Política externa do Brasil para o século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003, v. , p. 183-211.